

Diálogos com Bakhtin



Organizadores

Carlos Alberto Faraco
Cristovão Tezza
Gilberto de Castro

Editora
LEBR

© Carlos Alberto Faraco, Cristóvão Tezza e Gilberto de Castro (Orgs.)

Diálogos com **Bakhtin**

4.^a edição

Coordenação editorial: Daniele Soares Carneiro

Revisão: Reinaldo Cezar Lima

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Reinaldo Cezar Lima

Capa: Rachel Cristina Pavim

Série Pesquisa, n. 32

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Coordenação de Processos Técnicos. Sistema de Bibliotecas. UFPR

Ficha catalográfica

D536 Diálogos com Bakhtin / Carlos Alberto Faraco,
Cristóvão Tezza, Gilberto de Castro, organiza-
dores; Beth Brait... [et al.]. — 4. ed. — [Curitiba]:
Editora UFPR, 2007. (Pesquisa; n. 32)
308p.

Inclui bibliografia

1. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovitch, 1895-
1975 – Crítica e interpretação. 2. Literatura – Estética.
3. Literatura – História e crítica. I. Faraco, Carlos
Alberto. II. Tezza, Cristóvão, 1952- III. Castro,
Gilberto de. IV. Brait, Beth.

CDD 891.7009

Samira Elias Simões CRB-9 / 755

ISBN 978-85-7335-192-7

Ref. 471

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280 - Centro

Caixa Postal: 17.309

Tel.: (41) 3360-7489 - fax: (41) 3360-7486

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

www.editora.ufpr.br

editora@ufpr.br

2007

Prefácio à quarta edição

Desde que aportaram em solo brasileiro nos fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, as idéias dos autores do hoje conhecido Círculo de Bakhtin só conheceram expansão e reconhecimento. Ao contrário da recepção de muitos, que viram nas idéias de Bakhtin e de seus colaboradores apenas mais um pacote teórico da hora, que duraria tanto quanto demorasse o desfazer da embalagem, as idéias dos pensadores russos fizeram escola no Brasil, possibilitando olhares novos para muitos dos temas relativos ao debate humanístico.

Para isso, acreditamos, este *Diálogos...*, agora já na sua quarta edição, também deu a sua contribuição, revelando-se um esforço de exegese do pensamento bakhtiniano a partir dos ensaios que o integram, todos eles inspirados nas leituras de algumas das obras dos autores russos. Nesses ensaios, o que vemos é um conjunto de pesquisadores identificados com as idéias do Círculo, tentando compreender o viés bakhtiniano da linguagem como produto da interação humana, a sua perspectiva dialógica de sujeito e de sociedade, a sua peculiaridade de olhar para o fato literário e para o exercício complexo de construção dessa arte. Além disso, também fazem parte desse esforço alguns primeiros passos de associação do pensamento bakhtiniano com o de outros autores que tiveram a linguagem, a sociedade e a arte como objeto de suas reflexões.

Nesse sentido, apesar do fato de os artigos deste *Diálogos...*, à época em que foram escritos, estarem ainda alheios, por conta da falta de acesso a determinadas informações biobibliográficas e dos debates sobre a polêmica da autoria das obras dos autores do Círculo de Bakhtin, acreditamos que seus textos ainda cumprem um importante papel em direção a uma heurística do pensamento bakhtiniano. Por conta disso, deixamos como alerta aos leitores desta nova edição que os ensaios que vão encontrar aqui continuam perfeitamente integrados ao quadro das polêmicas do debate conceitual em torno das idéias dos pensadores russos, mas não contemplam as polêmicas mais recentes e delicadas sobre as suas diferentes vinculações filosóficas e/ou teóricas. Sobre esse tema em específico, os leitores interessados encontrarão textos mais atualizados publicados dentro e fora do país.

Os organizadores

Sumário

- 9 *Apresentação*
- 21 *Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso*
Diana Luz Pessoa de Barros
- 39 *Uma leitura bakhtiniana de Vastas emoções e pensamentos imperfeitos, de Rubem Fonseca*
Rosse-Marye Bernardi
- 61 *A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva*
Beth Brait
- 81 *Os apontamentos de Bakhtin: uma profusão temática*
Gilberto de Castro
- 97 *O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica*
Carlos Alberto Faraco
- 109 *O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva*
José Luiz Fiorin
- 141 *Bakhtin e a psicologia*
Maria Teresa de Assunção Freitas
- 161 *Leitura: entre o mágico e o profano. Os caminhos cruzados de Bakhtin, Benjamin e Calvino*
Solange Jobim e Souza

- 177 *Linguagem e tradução: um diálogo com Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin*
Sonia Kramer
- 193 *Os gêneros e a ciência dialógica do texto*
Irene A. Machado
- 231 *Sobre O autor e o herói – um roteiro de leitura*
Cristovão Tezza
- 257 *Deus e o diabo no corpo dos meninos –
sexualidade, ideologia e literatura: diálogos*
Paulo Venturelli
- 283 *As vozes documentais no discurso romanesco*
Marilene Weinhardt
- 303 *Os autores*

Apresentação

Carlos Alberto Faraco
Gilberto de Castro
Cristovão Tezza

O pensador russo **Mikhail Bakhtin** (1895-1975) é certamente um dos mais fascinantes acontecimentos das ciências humanas deste século. O conjunto de suas idéias – abordando temas fulcrais para todo o estudo das realidades humanas (a linguagem e, por meio dela, o sujeito, as relações sujeito/sociedade, a estética e a ética) – constitui uma revolução epistemológica de grande porte, cujos contornos e cujas conseqüências não foram ainda de todo percebidos.

As circunstâncias históricas pregaram várias peças nas relações do mundo acadêmico com Bakhtin. Primeiro, as trevas stalinistas o condenaram ao ostracismo. Alguns dados biográficos: um exílio no Cazaquistão de 1929 às vésperas da segunda guerra e, depois de um emprego de professor de russo numa pequena cidade a 100 km de Moscou, uma posição docente numa inexpressiva instituição universitária na distante Saransk, da qual se aposentou em 1961, permanecendo, porém, na cidade até 1969, quando, em precário estado de saúde, foi autorizado a se mudar para Moscou. Em decorrência, Bakhtin vive um silêncio de 34 anos – o longo período que vai da publicação de seu livro sobre Dostoiévski em 1929 e sua republicação em 1963, em meio ao degelo da era Krushev e por ingente esforço de um grupo de jovens professores de literatura da Universidade de Moscou que o haviam redescoberto.¹

Segundo, a publicação contemporânea de seus textos (muitos deles inacabados ou simplesmente não revisados pelo autor; outros mutilados pela ação do tempo, a exigir verdadeira decifração de algumas de suas partes)

¹ Para detalhes de sua vida, pode-se consultar CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998. Trata-se de livro rico em informações biográficas, embora muito limitado quanto à interpretação dos textos de Bakhtin.

Leitura: entre o mágico e o profano. *Os caminhos cruzados de Bakhtin, Benjamin e Calvino*

Solange Jobim e Souza¹

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, podia-se com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não-palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é ler "distraidamente".

Clarice Lispector

Este trabalho gira em torno da palavra "leiturização"². Meu primeiro impulso em relação a esta palavra foi tentar apreender os sentidos que ela evoca no meu pensamento. Tomo uma página em branco e escrevo: "leiturização". Contorno com o olhar a palavra assim escrita, abandonada na folha "em branco", e deixo minha imaginação mordê-la, senti-la como se fosse algo fora de mim, um objeto que ensaia uma primeira aproximação

1 Este trabalho contou com a colaboração de Miguel Farah Neto, com quem tive a oportunidade de partilhar dúvidas e enriquecer o pensamento sobre as questões aqui tratadas.

2 "Leiturização" é um conceito usado por Jean Foucambert em seu artigo "Leitura, assunto comunitário", publicado na França em 1983, no *Cahiers de l'animation*, número 40. Este artigo foi publicado no Brasil pela editora Artes Médicas, de Porto Alegre, no livro *A leitura em questão*, do mesmo autor (ver bibliografia).

com a linguagem dos homens. Inicialmente, sinto uma leve repulsa pela maneira insistente com que esta palavra – “leiturização” – se impõe a mim, querendo ser, significar... enfim, existir entre nós. Vou logo me perguntando: com que autoridade? E para responder à provocação, dirijo-me ao Aurélio e peço sua ajuda. Ele confirma minhas suspeitas – é uma intrusa! Por alguns instantes, a resposta satisfaz. Definitivamente, esta palavra ainda não é! Entretanto, meu olhar insiste em voltar para a folha em branco, e lá está ela, impassível, querendo dizer algo. Não resisto, vou ao encontro de seu apelo. Começo a escutá-la. Mikhail Bakhtin (1981) é um dos responsáveis pela quebra de minhas resistências. Seu pensamento convida a uma aproximação a este objeto/signo que é a palavra. Aqui, “leiturização”:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (p. 41).

Considerando as idéias presentes neste fragmento, a relação com a palavra “leiturização” se modifica. Agora, já é possível olhá-la com um pouco mais de simpatia, até, talvez, com o interesse e a curiosidade de alguém que deseja captar e compreender as vibrações de sentido que ela traz no seu interior, sentidos em devir, promessas de sentidos. A rejeição inicial se transforma na consciência de que somos todos, de algum modo, responsáveis por seu surgimento e seu destino. Porém, mais delicado ainda é saber que a sua existência, mesmo que tênue e pouco consubstanciada no diálogo entre as pessoas, é, definitivamente, um indicador sensível de que as expectativas sociais em relação à questão da leitura estão ganhando novos rumos; mais do que isto, a leitura é uma realidade que, no contexto político atual, exige novas definições e uma outra presença ideológica entre nós. A palavra “leiturização” deverá, em cumplicidade com os caminhos de sua própria história, assumir seu destino, ou seja, despertar os sentidos latentes ao seu redor. Talvez a palavra “leiturização” seja a ponta do *iceberg* das novas

mudanças sociais que começam a entrar em cena no cotidiano das práticas sociais de leitura e de escrita em nossa sociedade. Porém, mais do que nunca, é necessário cautela no uso das palavras. Isto porque, quando começamos a usar uma palavra, nos tornamos cúmplices dos sentidos que emergirão deste uso. Somos todos, enfim, responsáveis por seu *vir-a-ser*. Contudo, é preciso atentar para o fato de que o sujeito contemporâneo nem sempre se mostra capaz de combater os usos indevidos da linguagem. Em outros termos, as palavras estão perdendo sua vibração polissêmica, capaz de mantê-la viva e em permanente estado de transformação.³ Mas o que estaria afetando as possibilidades expressivas da linguagem nossa de cada dia? Italo Calvino nos alerta sobre os perigos de uma doença, poucas vezes diagnosticada, mas que afeta o uso das palavras, empobrecendo as possibilidades expressivas da linguagem sem que as pessoas tenham adquirido uma consciência clara deste fato.

Às vezes me parece que uma epidemia pestilenta tenha atingido a humanidade em sua faculdade mais característica, ou seja, no uso da palavra, consistindo essa peste da linguagem numa perda de força cognoscitiva e de imediaticidade, como um automatismo que tendesse a nivelar a expressão em fórmulas mais genéricas, anônimas, abstratas, a diluir os significados, a embotar os pontos expressivos, a extinguir toda centelha que crepita no encontro das palavras com novas circunstâncias (CALVINO, 1990, p. 72).

Aderindo à perplexidade de Italo Calvino, ousamos indagar junto com ele: quais são as possibilidades de salvação da linguagem? O que é preciso fazer para criar os anticorpos capazes de impedir a expansão desse flagelo lingüístico? Questões deste tipo pretendem orientar nossas reflexões neste texto. Pensar a linguagem com estas preocupações é buscar compreendê-la como fenômeno histórico e social.

Se as transformações na oralidade podem ser compreendidas a partir de uma análise das práticas sociais de linguagem ao longo da história, a escrita também revela um destino semelhante no que diz respeito às suas

³ Este tema pode ser aprofundado através dos textos “O narrador” “e Experiência e pobreza”, de Walter Benjamin, além de ser também tratado por Pasolini em “Os jovens infelizes”. Outras referências complementares: Jobim e Souza, S. *Infância e linguagem*, e Kramer, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola* (ver bibliografia).

condições de existência e de seu futuro entre nós. Falar destas transformações é buscar compreender a questão da leitura e da escrita como um instrumento cognitivo que irá operar mudanças nas formas do pensamento humano, transformando radicalmente as possibilidades do conhecimento através dos tempos. *Na linguagem e através dela o conhecimento e o tempo* dos homens ganham uma dimensão sempre renovada. Por isto, destacar as formas sociais de apreensão do tempo e do saber é enfatizar que estas noções dependem do uso de técnicas historicamente datadas e, por isso mesmo, transitórias. Embora, hoje, as concepções de *tempo* e de *conhecimento* pareçam naturais e incontestáveis, é necessário “historicizá-las”, pois só assim é possível questionar os dogmatismos que inviabilizam uma consciência crítica das ações e criações do homem no mundo. Nossa intenção é explorar mais detalhadamente esta perspectiva de análise e, portanto, alcançar uma compreensão mais elaborada das condições sociais e culturais da leitura e da escrita na contemporaneidade.

A história da linguagem, ou a história do conhecimento e do tempo

Se o homem construiu novas formas de existência, numa rapidez muitas vezes estonteante, deve-se, certamente, ao fato de ele dispor deste extraordinário instrumento de memória, de criação e de propagação de suas produções que é a linguagem. Vale lembrar, entretanto, que, antes da invenção da escrita, a palavra tinha como função básica a gestão da memória social, e não apenas a livre expressão ou a comunicação entre as pessoas (LEVY, 1995). Em uma sociedade oral, a maior parte de seu acervo cultural está fundada no círculo progressivo das lembranças das pessoas. Portanto, neste tipo de cultura, qualquer idéia que não seja periodicamente retomada e repetida em voz alta está condenada a desaparecer. Neste contexto, a transmissão dos acontecimentos supõe um incessante movimento de recomeço e reiteração. Portanto, nas sociedades sem escrita, *linguagem e memória* são a base de todo o conhecimento possível. A organização temporal da narrativa, do contar histórias de boca em boca, desenha o tempo na sua forma circular. Ritos e mitos são preservados pela roda das gerações, configurando um tempo cíclico, sempre reiterado pela memória e através das narrativas. O conhecimento tinha como seu fundamento de base a sabedoria transmitida na interação social entre pessoas e, portanto, sua origem era sempre um saber

coletivo mais amplo, um saber transmitido de geração em geração (LEVY, 1995).

Posteriormente, com a invenção da escrita, pôde-se observar que a forma de conhecimento por ela inaugurada iria interromper a cadeia da circularidade das narrativas orais. A escrita iria interferir de forma decisiva no modo de conhecer o mundo. Escrevendo, o homem consegue ordenar a sua história, que se torna cada vez mais linear e cronológica. A escrita, decididamente, inaugura novas possibilidades de experiência com o tempo e com o saber, que, doravante, poderiam ser marcados, sistematizados, matematizados, enfim, racionalizados. Com a escrita, o homem inventou uma tecnologia intelectual que teria um papel fundamental no estabelecimento de novas referências para a constituição do saber e da experiência espaço-temporal. Linguagem e técnica contribuem para produzir e modular o tempo e o saber. A memória humana começa, a partir deste momento, a sofrer uma transformação que vai trazer conseqüências definitivas para a história do conhecimento humano. A consciência da necessidade de ampliar os poderes da memória seria um dos maiores desafios que o homem enfrentaria ao longo da sua existência, assumindo esta tarefa com extremo rigor.

As conseqüências que este acontecimento cultural traria para o futuro do conhecimento foram exemplarmente apresentadas por Platão em *Fedro*, na passagem em que Sócrates narra a história do deus Thoth, o qual julga ter descoberto o remédio para a memória ao inventar a escrita. Contudo, o deus Thoth é desafiado em suas convicções e ouve a seguinte réplica:

Oh Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra é julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Hão de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas matérias e tornar-se-ão, por conseqüência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros (PLATÃO, p. 121).

Nesta passagem, Platão já nos adverte sobre o fato de que a invenção da escrita é o primeiro passo na identificação da linguagem como instrumento técnico, que irá operar um distanciamento paulatino do homem em relação à sua própria natureza. A escrita, como técnica, vai substituir a memória natural, revelando, com isto, a possibilidade de interferir radicalmente na relação do homem com a linguagem e com o conhecimento.

O processo civilizatório é um jogo de perdas e conquistas. A cada lance há um novo risco, uma nova ameaça. As mudanças operam rupturas que, apesar de muitas vezes desestabilizarem a ordem estabelecida, trazem algo de “novo”. Contudo, é necessária uma interpretação cautelosa das conseqüências das diversas criações humanas e de seus reflexos na vida cotidiana. Muitas vezes somos surpreendidos por interpretações maniqueístas, que buscam, a todo custo, encontrar uma dimensão positiva ou negativa dos fenômenos culturais, como se estes pudessem ser interpretados em uma única perspectiva. Porém, a criação da cultura e seus modos de transmissão não são isentos à barbárie (BENJAMIN, 1987b, 1987d). A barbárie pode, entretanto, conter um germe positivo. Pode impulsionar uma nova possibilidade crítica de emancipação, uma expansão do pensamento em direção a outras formas de liberdade ainda não previstas pelos homens.⁴

Com a invenção da escrita, o homem ganha uma nova consciência cultural, quer dizer, a consciência da língua oral, ou da língua, simplesmente. O que isto significa? Para Pasolini (1987), a língua escrita permite que o homem reconheça a maturação do seu pensamento “naturalmente” representado na língua oral. Assim, diz ele, como a consciência da língua oral só pode ser alcançada com a criação da língua escrita, também o cinema, como língua escrita da realidade, tem, provavelmente (e isto aparecerá melhor nos próximos anos), a mesma importância revolucionária que a invenção da escrita.

Ora, se existe, por um lado, uma visão que se inclina para o pessimismo, apresentada por Platão em *Fedro*, existe por outro a visão de Pasolini, que nos permite uma reflexão outra e desestabiliza nossas convicções na direção platônica. Como articular uma permanente tensão entre estas duas posições? Que conseqüências práticas poderiam advir desta perspectiva de análise? Nossa reflexão começa a evoluir nesta direção.

4 Walter BENJAMIN (1987) desenvolveu uma discussão sobre o conceito positivo de barbárie em alguns de seus textos mais conhecidos, principalmente em “Experiência e pobreza” e “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (ver referências na bibliografia).

A escrita, sem dúvida alguma, inaugura uma situação prática de comunicação radicalmente nova, ou seja, os discursos podem ser separados das circunstâncias particulares em que foram produzidos. Neste momento, homem e linguagem se transformam em duas entidades separadas, alheias aos seus destinos outrora comuns. Isto significa dizer que, de agora em diante, o saber pode ser estocado, consultado, comparado, ou seja, o saber está disponível para ser manipulado pelos homens. A memória separa-se do sujeito, tornando-se objetiva e impessoal. Com isto, podemos afirmar que o saber não é mais o que nos constitui como seres humanos, pertencentes a um coletivo e marcados por uma época. Tanto o homem como o conhecimento podem ser tomados como objetos independentes.

Na medida em que as mensagens ambíguas e fora do contexto começam a circular, a questão do *significado* ganha um lugar central na relação entre o homem, a escrita e o conhecimento. Se, por um lado, a oralidade conforma-se às circunstâncias em que as palavras são intercambiadas, oferecendo possibilidades de recuperação de sentidos perdidos, por outro, a escrita irá aumentar a distância real entre o autor e o leitor, sendo preciso, então, um intenso trabalho interpretativo para diminuir a tensão semântica entre o autor e o leitor.

A tradição hermenêutica que a escrita suscitará fortalece o aparecimento de saberes com a pretensão de serem independentes das situações singulares em que foram elaborados e utilizados. Esta pretensão se explicita ainda mais quando o conhecimento tende a buscar e garantir uma universalidade, inaugurando com isto um tipo de saber que se basta a si próprio – a *teoria* (LEVY, 1995). Com a teoria, o conhecimento torna-se um objeto passível de manipulação pela análise e pelo experimento. De agora em diante, a questão da “verdade”, no sentido moderno deste termo, será a grande preocupação da ciência contemporânea. Para Levy (1995), o conceito de verdade, tal como surge no contexto da ciência moderna, seria um efeito da necrose parcial da *memória social* no momento em que ela se deixa capturar pela rede de signos tecidos pela escrita. A escrita é, portanto, parte do projeto racionalista do homem moderno. Ela impulsiona o declínio da narrativa, pois o conhecimento transmitido desta forma é cada vez menos necessário, ou seja, “... a intenção teórica, na ciência ou na filosofia, implica a autonomia em relação à tradição, que é a transmissão pessoal sobre o fundo de uma experiência compartilhada” (LEVY, 1995, p. 90).

Da ideografia ao alfabeto, do alfabeto à caligrafia, da caligrafia à impressão, o tempo vai ganhando linearidade. A ordem seqüencial dos aconte-

tecimentos, transformados em signos numa superfície qualquer, cria um novo tipo de experiência do sujeito com a sua história. A *estória*, outrora efeito da narrativa oral, se transforma em *história*, que agora passa a existir como um efeito da escrita. Na linguagem, a experiência do tempo se transforma. A escrita quebra a circularidade do “contar sempre de novo as nossas histórias” e inaugura a experiência do tempo linear, tempo que se realiza sempre no amanhã, na história.

A história da relação homem e linguagem não pode ser desvinculada da cisão linguagem e memória e, certamente, das conseqüências que esta cisão trará para o futuro das formas de conhecer. Levy (1995) apresenta esta relação em três tempos distintos:

- primeiro tempo, tempo da oralidade primária, quando o coletivo humano tinha uma identidade comum. Linguagem e memória, dois aspectos de um mesmo fenômeno;
- segundo tempo, tempo da escrita, momento de semi-objetivação da lembrança. O conhecimento começa a ser, em parte, separado do sujeito que o produz. A questão da “verdade” se constitui como principal preocupação da ciência moderna;
- terceiro tempo, tempo da informatização. Tempo do afastamento radical da memória humana. A objetivação da memória atinge tal ponto que a questão da “verdade” começa a deixar de ser uma questão fundamental. Com a informática, a objetivação da memória se automatiza a tal ponto, tornando-se tão distante do corpo do indivíduo e dos hábitos coletivos, que vale questionarmos se a própria noção de memória é ainda pertinente.

Certamente, os pólos da oralidade, da escrita e da informática não correspondem diretamente a épocas determinadas, uma vez que, a cada momento e em contextos culturais distintos, podemos assistir à presença simultânea destes elementos, porém em intensidades variáveis. A heterogeneidade das circunstâncias socioculturais do contexto brasileiro é um exemplo vivo de uma realidade que se desloca na tensão constante entre o moderno, o pós-moderno e o arcaico.

Ora, como temos tentado mostrar ao longo deste texto, o homem está em permanente confronto com as suas criações. Portanto, assim como a linguagem e suas especificidades técnicas vêm operando transformações profundas no modo de produzir conhecimento e na experiência com a temporalidade, as infinitas possibilidades de leitura, criadas a partir das tecnologias de linguagem (o livro, a imprensa, a imagem do cinema, da TV e

do vídeo, o computador, os *outdoors...*), tornam cada vez mais difícil alcançarmos uma definição de “leitura” que faça justiça a esta mutação antropológica do homem contemporâneo, com conseqüências ainda bem pouco visíveis, mesmo num futuro próximo. Para exemplificar melhor este fenômeno, vale lembrar uma passagem de Walter Benjamin (1987e) onde ele já demonstrava, no início deste século, uma preocupação com os destinos do livro e do leitor, preocupação totalmente pertinente nos dias de hoje, tema deste debate.

A escrita, que no livro impresso havia encontrado um asilo onde levava sua existência autônoma, é inexoravelmente arrastada para as ruas pelos reclames e submetida às brutais heteronomias do caos econômico. Essa é a rigorosa escola de sua nova forma. Se há séculos ela havia gradualmente começado a deitar-se, da inscrição ereta tornou-se manuscrito repousando oblíquo sobre escrivatinhas, para afinal acamar-se na impressão, ela começa agora, com a mesma lentidão, a erguer-se novamente do chão. Já o jornal é lido mais a prumo que na horizontal, filme e reclames forçam a escrita submeter-se de todo à ditatorial verticalidade. E, antes que um contemporâneo chegue a abrir um livro, caiu sobre seus olhos um tão denso turbilhão de letras cambiantes, coloridas, conflitantes, que as chances de sua penetração na arcaica quietude do livro se tornaram mínimas. Nuvens de gafanhotos de escritura, que hoje já obscurecem o céu do pretense espírito para os habitantes das grandes cidades, se tornarão mais densas a cada ano seguinte (BENJAMIN, 1987e, p. 28).

O sujeito contemporâneo está submerso em um tipo de experiência cotidiana onde múltiplos jogos de linguagem compartilham um mesmo cenário. Não se trata de buscar um consenso entre eles, e muito menos de dicotomizá-los, criando valores idealizados para justificar a positividade maior ou menor de um jogo de linguagem em detrimento de outro. O consenso violenta a heterogeneidade e a multiplicidade das formas de escrita e leitura que podem ser constantemente criadas e recriadas na corrente da cultura. Entretanto, a preocupação com o empobrecimento da relação do sujeito com as suas possibilidades de leitura e escrita, mais do que nunca, hoje, é legítima. Italo Calvino (1990), demonstrando uma preocupação semelhante à de Walter Benjamin, alerta que também as imagens foram atingidas pelo vírus que ataca o uso das palavras.

Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir a experiência direta daquilo que

vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo (p. 107).

Que futuro estará reservado à imaginação individual – indaga Calvino – no contexto do que se convencionou chamar a “civilização da imagem”? Será que o poder de evocar imagens *in absentia* continuará a se desenvolver numa civilização cada vez mais inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas?

Calvino, ao tornar seu pensamento ainda mais radical, arrisca dizer que esta inconsistência talvez não esteja apenas na linguagem e nas imagens, mas no próprio mundo, e constata que o vírus ataca a vida das pessoas e a história das nações, torna todas as histórias informes, fortuitas, confusas, sem princípio e sem fim. Contudo, apesar desta visão sombria, a salvação da linguagem, ainda assim, pode ser imaginada, e, por isto, ele defende *uma idéia de literatura*. À literatura cabe a tarefa de devolver ao homem a possibilidade do justo emprego da linguagem, que é, segundo ele, “aquele que permite aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras” (p. 91).

O que podemos extrair como reflexão destas palavras de Calvino é que, paradoxalmente, tendo sido a invenção da escrita o fato cultural que desencadeou o processo de cisão entre o homem e a linguagem, somente no interior desta prática social, ou seja, no interior das possibilidades de criação que a escrita permite, é que será viável superar as várias cisões que favorecem o distanciamento entre o homem e a linguagem, entre a linguagem e o pensamento, e entre a linguagem e a memória. A idéia da literatura como resgate da relação do homem com a linguagem na sua forma emancipadora é o caminho para uma *pedagogia da imaginação*. Calvino adverte que estamos correndo o risco de perder uma capacidade humana fundamental, qual seja, “a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas de um alinhamento de caracteres alfabéticos negros sobre uma página branca, de pensar por imagens” (p. 108).

Ao adotarmos uma perspectiva definidora da palavra “leiturização”, será que estaríamos encaminhando uma saída efetiva para os impasses do homem contemporâneo frente ao “mau” uso da linguagem? Que “ditos” e “não-ditos” a palavra “leiturização” traz no seu bojo?

Os “ditos” e “não-ditos” da palavra “leiturização”

Uma palavra surge sempre em diálogo com outras palavras já existentes. Nasce, cresce e morre no confronto com as insuficiências, contradições e esgotamentos de sua existência física no mundo. Pensar a linguagem numa perspectiva material significa pensá-la no mundo e não como espelho do mundo ou como sua representação. Portanto, falar é agir no mundo, introduzindo transformações de natureza incorporal. Se a linguagem é ação, podemos caracterizar as interações entre os sujeitos como *jogos de linguagem*.

Um enunciado só pode ser compreendido no interior do contexto social, político, cultural e histórico em que ele acontece. Dentre os maiores problemas que a linguagem enfrenta está o fato de determinados enunciados existentes numa esfera serem dessa esfera retirados. O uso indevido da linguagem engendra ilusões e nos leva a crer que existe um mundo extralingüístico, mas que só se expressa na linguagem. Ao contrário, proferir um enunciado é realizar uma dada ação, é transformar as condições concretas do ser e da linguagem. Proferir a palavra “leiturização” é um ato político. Ao dizê-la, começo a operar uma série de transformações na cultura, na história e no ser. Começo a interferir na construção dos inúmeros sentidos que conformarão a história dessa palavra.

“Leiturização” pode ser uma palavra impregnada da melhor das intenções. Contudo, as “boas” intenções nem sempre são garantia da boa palavra. Se a “boa” palavra é aquela que promove a transformação do sujeito no sentido pleno de sua emancipação criativa, nem todas as palavras que circulam entre as pessoas cumprem esta função. Toda vez que uma palavra, no confronto com as outras existentes, enfrenta um processo de sacralização de seu uso no cotidiano, o sentido que emerge desta prática social pode desembocar na criação de uma palavra-fetice. A nossa intenção, portanto, é tentar compreender e propor uma reflexão permanente sobre o tipo de relação que a palavra “leiturização” estabelece com você, leitor.

Ao promover o diálogo da palavra “leiturização” com outra palavra mais consolidada, como é o caso de “alfabetização”, percebo, de imediato, um movimento de síntese em duas direções opostas: ou surge uma tentativa de aproximação em relação a alguns dos sentidos antigos ou mais recentes evocados pela palavra “alfabetização”, ou, ao contrário, surge uma tentativa de superar e ultrapassar os sentidos que foram se cristalizando em torno dessa palavra e que, portanto, quero combater, criticar, ampliar. Acre-

dito que, no contexto deste debate, o surgimento da palavra “leiturização” evoca um confronto e uma necessidade de criticar as limitações impostas pela palavra “alfabetização” à compreensão do que é leitura hoje. “Alfabetização” já não preenche nem dá conta da complexidade deste fenômeno social. O cidadão contemporâneo precisa ser não apenas um sujeito “alfabetizado”, mas um “verdadeiro leitor” levando em conta todas as consequências políticas e culturais que diferenciam um sujeito alfabetizado (aquele que domina a técnica da leitura e da escrita) daquele que se constitui e se revela como um verdadeiro leitor, ou leitopleno.

Mas o que é um verdadeiro leitor? Para definir a palavra leitor, recorro ao duplo sentido da palavra leitura, em sua significação profana e mágica, conforme nos sugere Walter Benjamin.

O colegial lê o abecedário, e o astrólogo, o futuro contido nas estrelas. No primeiro caso o ato de ler não se desdobra em seus dois componentes. O mesmo não ocorre no segundo caso, que torna manifestos os dois extratos da leitura: o astrólogo lê no céu a posição dos astros e lê, ao mesmo tempo, nessa posição, o futuro ou destino (BENJAMIN, 1987a, p. 12).

Nesta definição, tanto o lado instrumental como o lado mágico da leitura se articulam de forma harmônica, explicitando o verdadeiro rumo do ato de ler. A leitura profana (ou, se quisermos, a leitura instrumental) deve submeter-se ao momento crítico do leitor, sem o qual o sentido do enunciado não emergirá. É necessário que a leitura se faça para além da posição das letras e das palavras desenhadas num espaço qualquer. Porém, o texto literal deve ser investido do poder de suscitar no leitor a capacidade de criar novos sentidos, sempre.

Mas este duplo sentido da palavra leitura não se realiza totalmente entre nós, ou seja, as práticas sociais de leitura na contemporaneidade são inúmeras e diversas. Contudo, o verdadeiro leitor, aquele que aprendeu a conciliar o profano e o mágico na leitura, é cada vez mais raro entre nós. Por quê?

Rita Pereira (1995) nos permite uma reflexão sobre as muitas questões polêmicas que giram em torno deste tema e que, inevitavelmente, acabam desembocando na discussão do papel da escola.

Leitura e escrita na escola. Muitas entrevistadas de nossa pesquisa, ao falarem de sua relação com a leitura e a escrita, falam de “antigos”

hábitos de ler/escrever poesias, romances, etc., que teriam se perdido no instante em que esses, na escola, passaram a ser alvo da “crítica” gramático-literária e das avaliações bimestrais. A perda se concretizaria no instante em que a escola, em vez de assumir o papel de espaço de criação, tornara-se reduto de normalização. O professor não seria um leitor do texto do aluno, diferentemente, seria seu crítico. Nessa perda – e, mais especificamente, na responsabilidade da escola para com essa perda – se fundamenta nossa “coleção” de questões polêmicas (PEREIRA, M. R., 1995, p. 4).

Ora, a primeira interpretação que nos permite esta constatação é de que a escola, em geral, funciona como censora, como impedidora da transformação de uma criança em um verdadeiro leitor. A escola, portanto, ao longo da sua existência, se transformou no lugar por excelência, onde, paradoxalmente, a criança aprende a ler, mas, ao mesmo tempo, arrisca-se a perder, talvez para sempre, a possibilidade de uma relação amorosa com o ato de ler. Que acontecimentos da vida de uma pessoa funcionam como desencadeadores de uma relação amorosa com a leitura, apesar da escola? Que ingredientes existentes na vida e ausentes na escola operam na formação do futuro leitor? Joel Rufino dos Santos (1994), num texto onde constrói suas memórias como leitor e escritor, nos revela uma questão surpreendentemente esclarecedora. Diz ele: “... há sempre nessa passagem, na paixão pela leitura há sempre na fixação, na construção do leitor, uma dimensão comunitária” (p. 88). Esta constatação, que se revela a partir de uma reflexão sobre a própria experiência, afirma que a leitura implica sociabilidade, ou melhor, a leitura é um ato que só se realiza plenamente quando o leitor sabe compartilhar com outras pessoas, presentes ou ausentes, *significações*. De tudo que já foi dito até agora e com base nas discussões anteriores, posso afirmar que o verdadeiro ato de ler não perde seu enlace original com a oralidade primária, fundamento da linguagem e da memória como elementos indissociáveis e complementares. Portanto, ler não é necessariamente um ato solitário, mas ir ao encontro das muitas vozes emudecidas nos textos e que só terão oportunidade de se manifestar através do encontro marcado entre o leitor e o texto (BAKHTIN, 1992). Neste encontro, o indivíduo isolado se vê frente à possibilidade de resgatar, através da leitura, sua inserção particular na história de uma época, e, assim, restabelecer, com base na narrativa de outrem, sua própria identidade ou sua própria história. Contar e escrever sempre e de novo nossas *Histórias*, transformando-as, *na escrita*, em *histórias* de uma coletividade.

Entretanto, a escola parece estar na contramão deste processo. Ao se preocupar apenas com o lado *profano* da leitura, elimina a sua relação com o *mágico*, e, assim, faz da leitura apenas uma técnica que alimenta a construção de palavras e frases absolutamente assépticas, sem cor, sem sonoridade ou sabor. Desprovida de sua capacidade de impregnar o leitor de imagens, a leitura torna-se uma tarefa de decodificação de signos, um dever a ser cumprido, trabalho que desconhece o lúdico e nega o prazer. Uma pedagogia da imaginação deverá, antes de mais nada, colocar a leitura a serviço da emancipação criativa do sujeito. Entre o mágico e o profano, ou entre o profano e o mágico, há uma idéia de literatura... e com ela, uma luz no fim do túnel.

Seja como for, todas as “realidades” e as “fantasias” só podem tomar forma através da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfos obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhados, encostados uns aos outros como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo numa superfície sempre igual e sempre diversa, como as dunas impelidas pelo vento do deserto (CALVINO, 1990, p. 114).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a.
- _____. Experiência e pobreza. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b.
- _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987c.
- _____. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987d.

- _____. Rua de mão única. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987e.
- CALVINO Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHIAPPINI, Lígia. Leitura e interdisciplinaridade. In: LEITURA, SABER E CIDADANIA. SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA. (1994: Rio de Janeiro). *Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/PROLER/CCBB, 1994.
- FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.
- FRAGO, Antonio Viñao. *Alfabetização na sociedade e sua história*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e verdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- KRAMER Sônia. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- LA TAILE, Yves de. Leitores já: comentando o texto: "A leitura, uma questão comunitária", de Jean Foucambert. In: AZEVEDO, M. A.; MARQUES, M. L. (Orgs.). *Alfabetização hoje*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- PASOLINI, Pier Paolo. *As últimas palavras do herege*. Entrevistas com Jean Dufлот. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA Rita. Da tarde de um escritor à madrugada de uma escritora. Rio de Janeiro, 1995. *Ata da reunião da pesquisa Cultura, Modernidade e Linguagem – UERJ* (mimeo).
- PLATÃO. *Fedro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. São Paulo: Pontes Editores, 1989.
- SANTOS, Joel Rufino dos. Leitura e memória. In: LEITURA SABER E CIDADANIA. SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA. (1994: Rio de Janeiro). *Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/PROLER/CCBB, 1994.
- SOUZA, Solange Jobim e. *Infância e linguagem*. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- _____. Por uma leitura estética do cotidiano ou a estética do olhar. *Leitura: teoria e prática*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, UNICAMP, n. 24, 1994.
- _____; CASTRO, Lúcia Rabello. Desenvolvimento humano e questões para um final de século: tempo, história e memória. *Psicologia Clínica – Pós-Graduação & Pesquisa*. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUC-RJ, n. 6, 1995.